

## DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 003/2025/GP/PMT

ASSUNTO: Processo Administrativo Empresa K12 Consultoria, Projetos e Construção Ltda

INTERESSADOS: Corregedor Geral, Departamento de Licitação, Departamento de Engenharia, Departamento de Convênio

CLASSIFICAÇÃO/REGIME: Urgente

Senhores;

CONSIDERANDO a contratação da empresa K12 CONSULTORIA, PROJETOS, E CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 37.138.420/0001-49, sede na Rua Virginia Antônia Santos, nº 190, Bairro Piedade, Itajubá – MG, mediante CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2023, CONTRATO 056/2023, firmado em 04 de outubro de 2023;

CONSIDERANDO que o objeto do contrato é para construção de escola com dezesseis salas de aula (compreendendo material e mão de obra), conforme convênio nº 1556/2022, pactuado com a SEDUC – Secretaria de Estado de Educação;

CONSIDERANDO os atos prévios à aplicação de multa pela gestoras de contratos, encaminhados via Ofício 02/2024/SIO/DEP/PMT; Memorando 037/2024/DEP ENGENHARIA E PROJETOS; MEMORANDO Nº 62/2024/JUR/; OFÍCIO Nº 032/2024/SIMA/DEPENG/PMT; Ofício nº 02/2024/SIO/DEP/PMT E demais, notificações integrante do processo administrativo em anexo.

CONSIDERANDO a decisão proferida pelo Corregedor Municipal em data de 18 de fevereiro de 2025, onde afastou a multa e a penalidade aplicada a empresa K12

CONSULTORIA, PROJETOS, E CONSTRUÇÕES LTDA;

CONSIDERANDO a instauração do processo administrativo nº 1/2025, onde tinha como objeto a apuração de infração à execução do contrato administrativo 56/2023;

CONSIDERANDO a defesa administrativa apresentada pela empresa K12 CONSULTORIA, PROJETOS, E CONSTRUÇÕES LTDA, em data de 02 de março de 2025;

CONSIDERANDO a decisão proferida no processo administrativo nº 1/2025, em data de 30 de abril de 2025, a qual aplicou penalidade de multa compensatória no valor de R\$ 597.964,73 (quinhentos e noventa e sete mil novecentos e sessenta e quatro reais e setenta e três centavos), em razão da inexecução parcial do contrato, sendo que fora autorizado a compensação com o saldo apurado de obra executada, e retenção das garantias prestadas pela ré;

CONSIDERANDO a aplicação de penalidade de impedimento da empresa licitar e contratar pelo prazo de 1 ano, com fulcro no art. 10, inciso VI da Lei Municipal nº 1546/2023;

CONSIDERANDO que fora reconhecido como pendente o pagamento da importância de 246.733,49 (duzentos e quarenta e seis mil setecentos e trinta e três reais e quarenta e nove centavos), a qual deve ser compensada com a multa aplicada;

CONSIDERANDO que a empresa K12 CONSULTORIA, PROJETOS, E CONSTRUÇÕES LTDA fora devidamente intimada apresentado recurso da decisão retro mencionadas, em data de 22 de maio de 2025;

CONSIDERANDO o despacho do Corregedor Geral, que manteve na íntegra a decisão administrativa, em data de 28 de maio de 2025;

Nesta banda, diante de todo processo administrativo instaurado, o qual seguiu os princípios básicos elencados na Constituição Federal, dentre os do contraditório e ampla defesa, é medida necessária a manutenção na íntegra da decisão proferida pelo Corregedor Municipal, que com base nos documentos apresentados, dentre eles inúmeras notificações de atraso e inexecução de obra, faz necessário a rescisão contratual;

Portanto o fundamento de interesse público numa obra deve ser elemento norteador para a rescisão, baseado no benefício coletivo, para a realização da construção das salas de aulas. Esse conceito está intrinsecamente ligado aos princípios da administração pública, especialmente à supremacia do interesse público sobre o privado e à indisponibilidade do interesse público. Em outras palavras, uma obra com fundamento de interesse público deve atender às necessidades e aos valores da sociedade, e não apenas aos interesses individuais de seus realizadores, deste modo, ineficiente a manutenção de uma empresa que não está realizando a construção nos moldes pactuados.

Assim, com amparo na teoria geral das obrigações que consagra o caráter de pena convencional que é marcante na cláusula penal, seja ela de natureza moratória ou compensatória, a multa constitui uma antevisão dos prejuízos provocados pela inexecução contratual, consensualmente estabelecida e aceita pelas partes, razão pela qual a sua exigência depende apenas da verificação efetiva do descumprimento contratual, sendo irrelevante e desnecessária qualquer demonstração de prejuízo/dano, o que foi efetivamente demonstrado e fundamentado no processo administrativo, mantendo incólume sua aplicação.

Em outra banda, se faz necessário a desocupação e desmobilização do canteiro de obras por parte da empresa K12 CONSULTORIA, PROJETOS, E CONSTRUÇÕES LTDA, assim, que seja notificada para no prazo máximo de 15 dias

desocupe as instalações, sob pena de serem adotadas as medidas judiciais pertinentes.

Assim, adotem as medidas necessárias, para proporcionar a rescisão do contrato, bem como a aplicação da multa, e desocupação do canteiro de obras.

Estas são as determinações.

Gabinete do Prefeito aos oito dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco.

Atenciosamente,

Álvaro Galvan  
Prefeito Municipal de Tapurah – MT